

OS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (RVCC) NO ALENTEJO/PORTUGAL: UM DIÁLOGO ENTRE AS DIMENSÕES FORMAIS E NÃO FORMAIS DA EDUCAÇÃO¹

Lurdes PRATAS NICO² (1) (2) y Fátima FERREIRA (1)

(1)Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora
(Portugal)

(2)Direcção Regional de Educação do Alentejo (Portugal)

Introdução

A presente comunicação destina-se a apresentar, de forma sintética, o Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), actualmente, existente em Portugal e, em concreto, na região Alentejo.

Método

A. Fundamentos conceptuais e pedagógicos subjacentes ao paradigma de reconhecimento e validação dos adquiridos experienciais (RVAE)

A sigla RVAE (Reconhecimento e Validação dos Adquiridos Experienciais) remonta ao período do pós-II Guerra Mundial (1945). A partir das décadas de 80 e 90, na Europa, o RVAE afirma-se, cada vez mais, como uma necessidade, por parte dos indivíduos que, ao longo da vida, foram adquirindo experiências e acumulando aprendizagens, a partir das vivências (Santos & Fidalgo, 2007:82), desenvolvendo-se no contexto de valorização do paradigma de Aprendizagem ao longo da vida. Na V CONFITEA (Conferência de Hamburgo, 1997) e, em 2000, com a publicação do Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida, valorizou-se cada vez mais a importância aprendizagens adquiridas em contextos não formais e informais.

Apresentam-se, de seguida, alguns dos **princípios fundamentais** que caracterizam este dispositivo (Nico, 2009:158). **a)** O primeiro, é aquele que nos remete para o facto de que cada **indivíduo aprende com e através da experiência de vida**, sendo portadores de competências passíveis de serem reconhecidas e valorizadas através de mecanismos formais, não sendo compreensível que se queira “ensinar” às pessoas aquilo que elas já

¹ Comunicação apresentada no âmbito dos projetos de investigação científica “*Arqueologia*” das *Aprendizagens no Alandroal* (FCOMP-01-0124-FEDER-007110/ FCT PTDC/CED/81388/2006) e *As Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo* (FCOMP-01-0124-FEDER-009154/FCT PTDC/CPE-CED/104072/2008), promovidos pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora (CIEP) e financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

² lpnico@uevora.pt

sabem, mas antes valorizar e reconhecer os saberes experienciais, que se desenvolvem em diversos contextos (Canário, 2006:37; Pires, 2007: 7-8). Há um questionamento do *status* da Educação Formal e dos diplomas por ela conferidos, deixando a instituição escola formal de ser considerada um local privilegiado de aprendizagem, para passar a ser um dos locais de aprendizagem, numa determinada fase da vida. **b) O RVAE pode considerar-se uma prática de inspiração humanista, centrada na **valorização do adulto enquanto elemento central de todo o processo**. É com base nas suas motivações, disponibilidade, ritmo, experiências e projectos futuros que se desenha todo o percurso com vista ao reconhecimento e validação daquilo que ele próprio foi construindo e aprendendo ao longo da vida (ainda que muitas vezes disso não tenha consciência).** **c) A experiência e a formação constituem-se como duas formas de aquisição de competências** (Spirli, 2006:347). A experiência deve, no entanto, constituir-se como uma experiência significativa, das quais resultem aprendizagens significativas, e nem todas o serão efectivamente, algumas experiências poderão até ser “*deformadoras ou reforçar posturas face ao saber que acentuam comportamentos repetitivos.*” (Couceiro, 2002:31).

B. Dispositivos desenvolvidos em Portugal e noutros contextos internacionais

Neste segundo ponto, apresentamos a caracterização geral dos dispositivos de Reconhecimento e Validação dos Adquiridos Experienciais (RVAE) em alguns países, com referência a dois países pioneiros nesta matéria (Estados Unidos da América e Canadá).

Nos **EUA**, a origem do dispositivo de RVAE identifica-se no pós-II Guerra Mundial, associado ao movimento de **reinserção dos militares desmobilizados da II Guerra Mundial**. A partir de 1945, os militares iniciam reivindicações para regressarem ao mercado de trabalho. O reconhecimento formal poderia permitir-lhes a certificação e, dessa forma, reuniriam melhores condições para integrar esse mercado (Canário, 2006:38). No final dos anos 60 e ao longo da década de 70, o movimento de APL ou APEL (*Accreditation of Prior Experiential Learning*) teve um forte impulso, destacando-se o CAEL (*Council for Adult and Experiential Learning*). Desenvolveram-se, também, respostas de avaliação das aprendizagens experienciais através de sistemas de créditos e orientações para os intervenientes no processo (Nico, 2009:165-166).

No **Québec** (numa primeira fase) e depois em Ontário e na British Columbia, verificou-se a criação do dispositivo, a partir de 1975. Como factores que conduziram à aplicação de um sistema de reconhecimento dos adquiridos, salienta-se a proximidade e a influência dos EUA, as alterações rápidas no mundo do trabalho e a luta das mulheres

(através dos movimentos feministas nos anos 60, do século passado, no acesso ao ensino superior) que, com o seu contributo, sensibilizaram a sociedade para a consciência da importância das tarefas que exerciam no voluntariado e em casa, no contexto doméstico, valorizando os espaços vitais como espaços de aquisição de saberes e aprendizagens (Pires, 2005). De acordo com a mesma autora, foram implementados diferentes sistemas de reconhecimento: Ensino Secundário, Ensino Colegial, Ensino Universitário. No âmbito do mercado, também se desenvolveram dispositivos de reconhecimento desta natureza, no campo profissional (*Reconnaissance des Compétences Professionnelles*).

Se noutros países, que não apenas europeus, assistimos, desde cedo, à criação de respostas que permitissem aos cidadãos reconhecer, validar e certificar as suas competências, em **Portugal**, o dispositivo de **Reconhecimento e Validação dos Adquiridos Experienciais (RVAE)** viria a ser criado na década de 90, do século XX, e assumiu a designação de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Em Portugal, a implementação do dispositivo de RVCC desenvolveu-se, em duas fases: a primeira entre 2001-2005, e a segunda entre 2006 e 2010. A génese do dispositivo de RVCC inscreve-se no trabalho desenvolvido pelo **Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Educação de Adultos** (Despacho n.º 10534/97, de 16 de Outubro) que, em 1997, deu lugar ao **Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos (GMEFA**, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º92/98, de 14 de Julho), o qual foi incumbido de desencadear o processo conducente à constituição da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, em 1999 (ANEFA, 1999-2002). Face aos baixos níveis de qualificação (sub-certificação formal e informal) era necessário dar uma resposta de qualificação adequada à população adulta³. Em 2001 foram, assim, criados, numa iniciativa da ANEFA, os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), nos quais se realizaram os primeiros processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

C. Caracterização do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)

Entre 2001 e 2005, existiam em Portugal 98 Centros de RVCC, dos quais 6 na região do Alentejo (Nico, 2011), tutelados pela ANEFA, de acordo com a cronologia que se apresenta de seguida: **Esdime** (Associação para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, 2000); **Fundação Alentejo** (Évora, 2001); **Centro de Formação**

³ Em 2001, 62% dos activos tinha uma escolaridade inferior a 9 anos (INE).

Profissional do IEFP, 2001; **Associação para o Desenvolvimento do Litoral Alentejano** (em Santiago do Cacém, 2003); **Rota do Guadiana** (Associação de Desenvolvimento Integrado, em Serpa, 2004; **Associação Terras Dentro** (Alcáçovas - Viana do Alentejo, 2005).

O **processo de RVCC** é concretizado em **3 eixos fundamentais**: o eixo do reconhecimento, o eixo da validação e o eixo da certificação.

O **eixo de reconhecimento de competências** é o *“processo de identificação pessoal das competências previamente adquiridas e que se consubstancia no conjunto de actividades, assentes numa lógica de balanço de competências,...”*⁴ O adulto é acompanhado num processo de reflexão sobre as competências que adquiriu ao longo da vida por via das experiências *“quer em contextos formais de aprendizagem e trabalho, quer em contextos informais e não formais”*, as quais são transferíveis a outras situações (ANEFA, 2002:30, citado por Nico:2009:198). A realização de um processo de RVCC, nomeadamente a partir do processo de Balanço de Competências, implica, por parte do adulto, a construção do Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (inicialmente denominado de Dossier Pessoal).

O **eixo de validação de competências** é o acto através do qual se validam as competências do adulto em função daquilo que está consignado nos Referenciais de Competências-Chave, em sede de reunião que ocorre entre os elementos da equipa pedagógica.

O **eixo de certificação de competências** *“é o processo que confirma as competências adquiridas em contextos formais, não formais e informais e que constitui o acto oficial de registo das competências”*⁵ Este registo de competências, actualmente, é efectuado na Caderneta Individual de Competências (Portaria n.º 475/2010, de 8 de Julho), onde se registam as competências adquiridas ou desenvolvidas pelo indivíduo ao longo da vida, referidas no Catálogo Nacional de Qualificações.

Os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) são, desde o início de 2006, sujeitos a profundas alterações de natureza legal e ao nível organizacional e de gestão, pois os seus objectivos e funções são alterados para que possam estar em conformidade com os princípios preconizados na **Iniciativa Novas Oportunidades**, no que à população adulta diz respeito, sob a tutela da Agência Nacional para a Qualificação, I.P. (entre 2007 e 2011). Os Centros de RVCC passam a designar-se Centros Novas Oportunidades (Portaria n.º 370/2008, de 21 de Maio). O Sistema de RVCC, em 2010, era concretizado numa rede de 453 Centros Novas

⁴ Cf. n.º 1, art. 6.º da Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro.

⁵ Cf. art. 8.º da Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro.

Oportunidades disseminados por todo o país, 40 dos quais na região Alentejo (www.novasoportunidades.gov.pt). Actualmente, o instituto que, a nível central tem a missão de coordenar a rede de Centros Novas Oportunidades e o Sistema de RVCC é a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP, I.P.). Presentemente, esta rede de CNO, tal como a conhecemos, está numa fase de reorganização, quer ao nível da sua missão, quer na dimensão da rede, numa preocupação de estruturar respostas que promovam a formação profissional e aprendizagem ao longo da vida, de jovens e de adultos.

Referências Bibliográficas

- Anefa (2002).** *Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências: Roteiro Estruturante*. Lisboa: ANEFA.
- Canário, R. (2006).** "Formação e Adquiridos Experienciais. Entre a pessoa e o indivíduo". In Gérard Figari *et al* (orgs.). *Avaliação de Competências e Aprendizagens Experienciais. Saberes, modelos e métodos*. Lisboa: Educa. pp. 35-46.
- Couceiro, M. (2002).** "O Reconhecimento de Competências". In *Revista Saber Mais*, N.º 13. Lisboa: ANEFA. pp. 30-32.
- Nico, L. (2009).** *Avaliação do(s) Impacto(s) do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), no Alentejo (período 2001-2005)* [Tese apresentada à Universidade de Évora tendo em vista a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação]. Évora: Universidade de Évora (policopiada).
- Nico, L. (2011).** *A Escola da Vida: Reconhecimento e Validação dos Adquiridos Experienciais em Portugal. Fragmentos de uma Década (2000-2010)*. Coleção Educação, Território e Desenvolvimento Local. N.º 1. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Pires, A. (2005).** *Educação e Formação ao Longo da Vida: análise crítica dos sistemas e dispositivos de reconhecimento e validação de aprendizagens e competências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Pires, A. (2007).** "Reconhecimento e Validação das Aprendizagens Experienciais. Uma problemática educativa". In *Revista de Ciências da Educação Sísifo*. N.º 2. pp. 5-20. (consultado em <http://sisifo.fpce.ul.pt>)
- Santos, N. & Fidalgo, F. (2007).** "Os (des)caminhos da certificação de competências no Brasil". In Fernando Fidalgo *et al* (orgs.). *Educação Profissional e a Lógica das Competências*. Petrópolis: Editora Vozes. pp.71-110.
- Spirli, D. (2006).** "La certification: une nouvelle donne pour la qualification des adultes." In Albano Estrela *et al* (orgs.). *Actas do XVII Colóquio ADMEE-Europa*. Lisboa: FPCE-UL. pp. 347-354.